

SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

A CIÊNCIA PARA TODOS

Página 2

MULHER

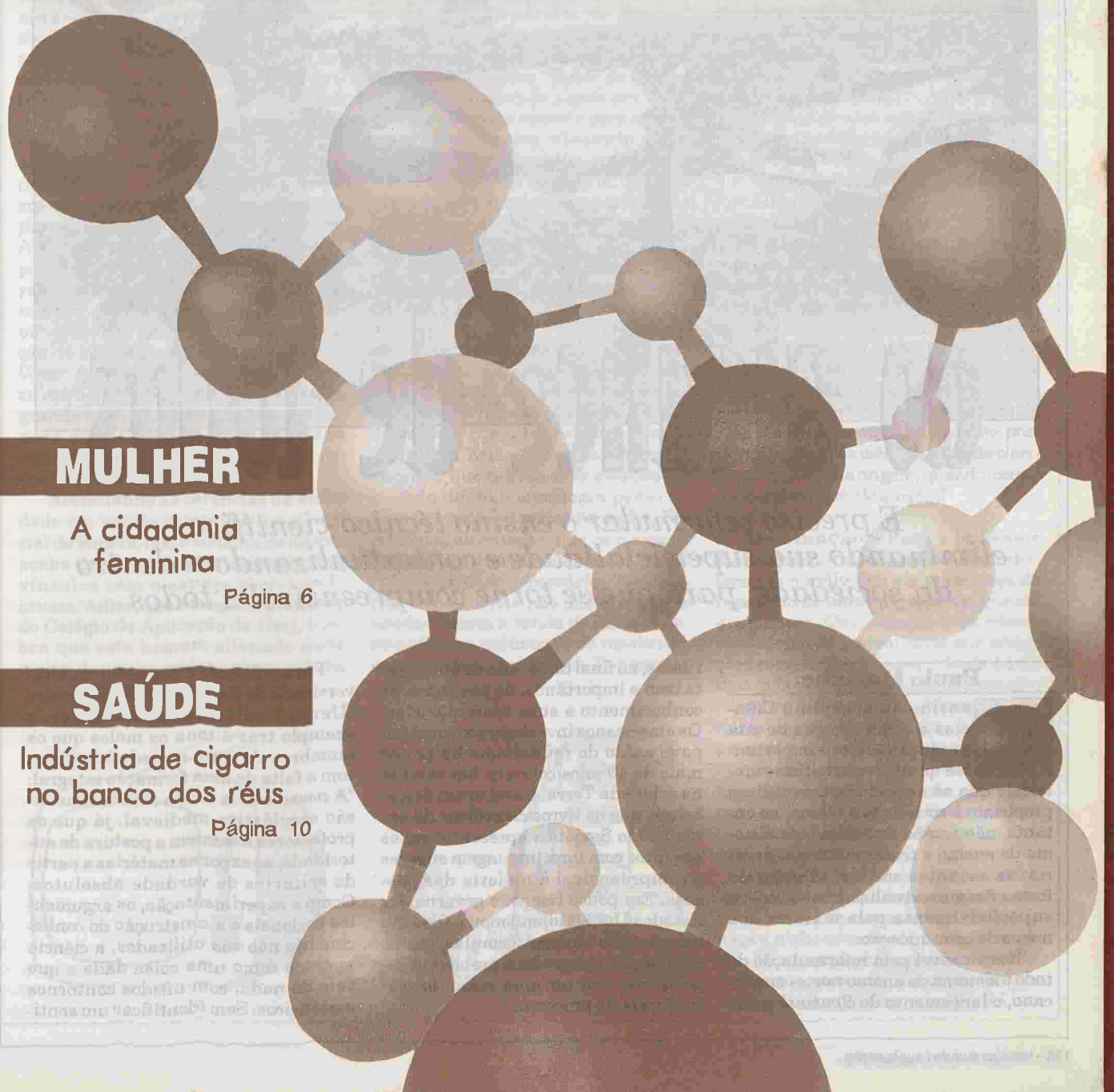
A cidadania
feminina

Página 6

SAÚDE

Indústria de cigarro
no banco dos réus

Página 10





É preciso reformular o ensino técnico-científico, eliminando sua superficialidade e contextualizando-o dentro da sociedade, para que se torne compreensível a todos

Paulo Marinho

O ensino da disciplina Ciências e a divulgação de sua produção são tão importantes quanto os benefícios materiais que as descobertas científicas propiciam à sociedade. O tema, no entanto, não recebe da mídia e do sistema de ensino o tratamento que deveria: os assuntos são trabalhados de forma descontextualizada na escola e superficialmente pela maioria dos meios de comunicação.

Responsável pela reformulação de todo o sistema de ensino norte-americano, o lançamento do *Sputnik* pelos

russos, no final da década de 50, reafirma a importância da passagem do conhecimento e suas consequências. Os americanos investigaram como um povo saído do feudalismo há pouco mais de 40 anos colocara um satélite na órbita da Terra, e acabaram descobrindo que os livros científicos da então União Soviética apresentavam os assuntos com uma linguagem simples e compreensível à maioria das pessoas. Em pouco tempo, o governo dos Estados Unidos abandonou a filosofia simplista de ensinar fórmulas, que os estudantes aplicavam a problemas específicos, sem ter uma visão contextualizada do processo.

Para o filósofo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Paulo Alexandre Adler, o exemplo traz à tona os males que os membros de uma sociedade sofrem com a falta de uma formação integral: "A nossa escola ainda reflete uma visão escolástica medieval, já que os professores assumem a postura de autoridade, ao expor as matérias a partir de critérios de verdade absolutos. Como a experimentação, os argumentos racionais e a construção do conhecimento não são utilizados, a ciência aparece como uma coisa dada e que veio do nada, com nítidos contornos metafísicos. Sem identificar um senti-

do naquilo que lhe é apresentado, o aluno não sente o prazer de conhecer e se torna mero espectador de um sistema que forma homens sem raízes."

Barbárie – Autor da tese "Ponto de Vista, Tempo e Construção de Objetos – Uma Leitura de Einstein e Hume a partir de Kant", Adler adverte que a escola centrada na crença mítica o conhecimento, dando aos alunos respostas a perguntas cujos enunciados eles sequer elaboraram: "Para se escolher, o ser humano precisa ter acesso a uma racionalidade; do contrário, a escolha acaba sendo feita por quem formula os problemas e dá as soluções. Na medida em que não se resolve como sujeito, o indivíduo passa a protagonizar uma nova forma de escravismo, agora fundamentada numa pretensa cientificidade. Na Grécia Antiga, o modelo de exclusão tinha por esqueleto o trinômio escravo/guerreiro/rei filósofo; hoje, o sistema impõe um projeto de modernidade sem dimensão ética e calado na mera solução de problemas técnico-científicos. Como quase nunca leva em conta a cultura popular, o sistema exclui a grande maioria e deixa entrever uma nova estratificação social centrada nas classes cientista/guerreiros/escravos."

Acentuando as carências da sociedade em vez de cumprir a função social de superá-las, o sistema de ensino acaba produzindo profissionais sem vínculos com o espaço social onde atuam. Adler, que é também professor do Colégio de Aplicação da Uerj, lembra que este homem alienado nada mais é do que a versão contemporânea

do bárbaro: "As escolas acabam encaminhando ao mercado de trabalho professores, engenheiros, filósofos e representantes de outras categorias incapazes de transformar a realidade e acomodados diante de problemas que deterioram a qualidade de vida e ameaçam a própria sobrevivência da humanidade." Acostumado a ministrar cursos de ética para alunos de pós-graduação em jornalismo, na Universidade de Tiradentes, em Sergipe, Adler alerta que a divulgação da produção científica em nosso país também é prejudicada: "Todas as teorias científicas modernas jogam por terra a superada visão eurocêntrica que dividiu e fragmentou o saber humano em disciplinas distantes umas das outras; enquanto isso, nossa mídia, com raras exceções, não acompanha essa desconstrução e reforça a pseudocientificidade do sistema."

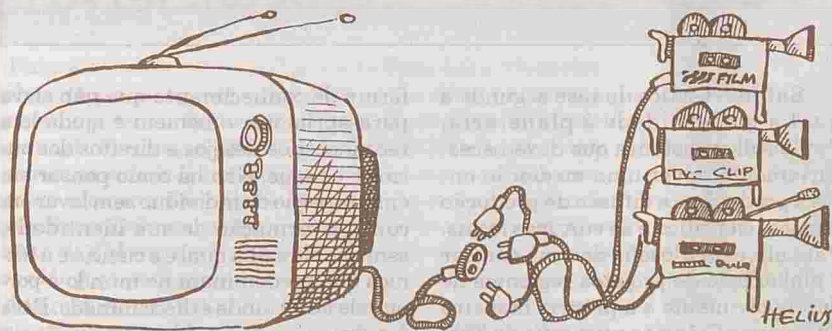
Mídia – A matéria jornalismo científico integra o currículo do curso de jornalismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) há dez anos. Muito embora a disciplina seja optativa, cerca de 20 alunos se inscrevem a cada semestre para cursá-la. Titular da cadeira nos últimos cinco anos, a professora Erika Franziska Werneck entende que o interesse cresceu na medida em que a ecologia passou a ocupar grandes espaços na mídia. Ela lamenta, no entanto, que os meios de comunicação não trabalhem os temas com a seriedade necessária: "As matérias sobre ciência não dão prestígio e não favorecem a venda de espaços publicitários a indústrias de inseticida, automóveis ou sabonetes. Por isso, os

donos de jornais preferem reproduzir os textos que vêm do exterior a contratar pessoal para desenvolver temas locais, o que elevaria os custos da empresa." Erika, que atuou sete anos no programa de televisão *Globo Ciência* e participou do precursor *Nossa Ciência*, da TV Educativa, critica o sensacionalismo que a mídia eletrônica utiliza: "As matérias veiculadas em programas como *Globo Repórter* e *Fantástico* não têm a intenção de divulgar a Ciência, torná-la compreensível e fazer com que o indivíduo dê um passo adiante no caminho da cidadania."

À frente de uma iniciativa que reúne a comunidade acadêmica, o poder público e a mídia, Erika Franziska, que também dá aulas de Tele e Radiojornalismo, entende que o papel do profissional da imprensa consiste em estabelecer as relações quase nunca visíveis do discurso científico com o dia-a-dia da população: "Para que o cientista não fique no pedestal, é necessário perguntar tudo exaustivamente, porque, do contrário, a sociedade fica sem entender os resultados das pesquisas e sua importância. Cabe ao jornalista investigar todas as áreas do saber, inclusive aquelas que não possuem estatuto de ciência, a fim de clarificar o objeto, sua origem, quando, como, onde e para quê ele surgiu."

Dominação – Para o professor Paulo Adler, todos esses fatores transformam o indivíduo em mera peça de reposição de uma engrenagem que ele desconhece. Os efeitos de uma educação alienante podem produzir situações como a que marcou o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Na ocasião – lembra Adler – um *pool* de empresas norte-americanas envolveu 600 mil pessoas na confecção de uma bomba que ia ser usada contra os nazistas, mas acabou sendo jogada no Japão para intimidar a União Soviética, então aliada dos Estados Unidos na luta contra o Terceiro Reich.

Paulo Adler projeta um futuro sombrio para os países que ainda não perceberam os mecanismos de dominação utilizados neste final de milênio: "Uma nação é dominada na medida em que passa a utilizar uma tecnologia que não detinha, mas lhe foi im-



Respeitando o saber popular

Envolvendo a comunidade acadêmica, órgãos públicos e empresas privadas, algumas iniciativas vêm sendo desenvolvidas no estado do Rio para transformar o ensino e a divulgação da produção científica em instrumento voltado para o desenvolvimento da cidadania. O mais adiantado deles é o programa radiofônico *E por falar em Ciências* que, desde janeiro de 1993 vai ao ar todas as terças-feiras, às 7h45min da manhã, na rádio Ministério da Educação e Cultura (MEC). Produzido por Érika Franzizka, o programa, em seus 15 minutos de duração, veicula matérias que passam pela descrição de doenças como a esquistossomose, sua incidência no Brasil e no mundo e os cuidados que devem ser tomados com a água para evitá-la. As reportagens contam com a permanente participação de cinco alunos matriculados na cadeira de jornalismo científico da UFF. Surgida durante a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), a idéia foi acolhida pela rádio e pela Faperj que concede bolsas de estudo aos estagiários.

Lançada em maio passado, no Complexo de Quintino (no bairro de mesmo nome que fica na Zona Norte do Rio), a Praça da Ciência é outra iniciativa que conta com a participação da Faperj. O projeto, a ser construído numa área de 2 mil m², prevê a instalação de módulos que se tornarão oficinas experimentais, com laboratórios equipados para demonstrar os princípios básicos da ciência em suas diversas áreas. O objetivo é despertar a curiosidade e o interesse das 1.500 crianças e adolescentes ali abrigados: "As

crianças que trabalham na oficina de lanternagem vão saber os princípios da Física contidos na atividade que desenvolvem, o mesmo acontecendo em outras áreas do conhecimento como a botânica, química, astronomia", comentou o superintendente da Faperj, Fernando Peregrino, que espera contar com a iniciativa privada para implantar a praça.

Igualmente à procura de recursos, o Museu Interativo de Ciência é outro projeto que leva em conta a

valorização do saber popular e a conseqüente diminuição da distância existente entre o discurso científico e a verdadeira arte de encontrar soluções trabalhando com o precário. Escolhido para representar o Brasil no Congresso Educação para Ciência e Tecnologia, realizado em Israel, em janeiro passado, o projeto, concebido pela professora Fátima Branquinho, propõe uma alternativa para popularizar a ciência a partir do ponto de vista



A ciência pode ser ensinada através da visão das crianças

das crianças das classes populares. A ser instalado em área cedida à Uerj pelo proprietário da Reserva Particular da Fazenda Bom Retiro, em Casimiro de Abreu (município do estado do Rio), o projeto prevê a criação de 20 ambientes, com cada conjunto apresentando um problema científico e a tecnologia a ele ligada, tendo por pano de fundo a História das Ciências. O Museu inclui ainda a criação de um Centro de Visitantes, formado por trilhas que vão mostrar borboletários, formigários, canto de pássaros, imagens da floresta e uma interpretação da natureza, que terá a dupla função de passar noções de educação ambiental e promover o ecoturismo na região.

posta em nome de uma pretensa modernidade. Como não se apropria daquela técnica a partir de seu próprio ponto de vista, o usuário, mesmo quando a utiliza, não entende a racionalidade da máquina. Os que não conseguem dominar os mecanismos são excluídos e o choque cultural daí advindo é usado como argumento para desaconselhar investimentos na educação dos marginalizados."

Saída – Crítico da tese segundo a qual a modernidade é planetária, Paulo Adler sustenta que deve necessariamente haver uma mediação entre a produção e a difusão da produção técnico-científica e as culturas locais. Para ele, esta filosofia deveria nortear a elaboração de projetos regionais de desenvolvimento e a própria maneira de ensinar Ciências num país de Terceiro Mundo como o nosso: "Não vejo

forma de conhecimento que não sirva para aprimorar o homem e ajudá-lo a reconhecer os desejos e direitos dos outros e os seus. Não há como pensar em emancipação do indivíduo sem levar em conta a formação de sua identidade, sem que ele saiba qual é a ciência e a técnica que predominam no mundo e porque ele foi ou ainda é discriminado. Essa é a única maneira de ensinar ciência sem eliminar o sujeito", concluiu. ■



PRÊMIO

A Casa Cuba-Brasil do Rio de Janeiro, ligada à Secretaria de Estado de Cultura, concedeu o prêmio José Martí a 24 personalidades pelo trabalho desenvolvido em várias áreas. A cerimônia de entrega foi realizada no Teatro João Caetano (centro do Rio), no dia 26 de julho, escolhido como data mundial de solidariedade a Cuba. Em 26 de julho de 1953, ocorreu o assalto ao quartel de Moncada, um dos marcos do início da queda da ditadura de Fulgêncio Batista e da ascensão do socialismo no país.

O diretor da revista **cadernos do terceiro mundo**, Neiva Moreira, recebeu o prêmio José Martí na categoria Imprensa, pelo papel da publicação no debate das questões dos países periféricos. O prêmio foi entregue pelo jornalista Domar Campos, que representou o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho.

Também foram premiados o bispo de Duque de Caxias D. Mauro Morelli (Direitos Humanos), o ator Paulo Betti (categoria Cinema), o compositor Taiguara (Música), o advogado Antônio Modesto da Silveira (Contribuição ao Socialismo), e a artista plástica Celeida Tostes (Artes Plásticas), entre outros.

LÊLIA GONZÁLEZ

Faleceu no dia 10 de julho a socióloga Lélia González. Conhecida por suas posições firmes no combate ao racismo, assumiu em junho deste ano o cargo de diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ. Defendia a tese da amefricanidade, uma forma de fusão das heranças americana e africana dos negros de toda a América, resultando numa identidade em comum. A socióloga foi diretora do Planetário da Gávea e era membro do Instituto Mundial dos Povos Negros, sediado em Burkina Faso (África). Participou de diversos eventos que tinham como tema a cultura negra, como o Congresso Negritude e as Culturas Afro das Américas, realizado em Miami em 1987.

MOEDA DE TROCA

O governo e suas principais lideranças políticas estão procurando apressar a votação do projeto que tramita no Congresso sobre cabodifusão. A idéia é votar o substitutivo, assinado pelo deputado Koyu Iha (PSDB-SP), no esforço concentrado que os parlamentares estão prevendo para este mês de agosto. Embora o projeto tenha sido elaborado no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, suspeita-se que o governo pretenda usar as concessões para a instalação de TVs a cabo da mesma forma que o ex-presidente José Sarney fez com a distribuição de rádios FM: como barganha político-eleitoral.

IDOSOS NO BRASIL

Apesar de o Brasil continuar sendo um país "jovem", vem ocorrendo um aumento da participação dos maiores de 60 anos no total da população. Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país conta hoje com 11 milhões de idosos, representando 7,5% da população. Em 2025, o contingente será de 32 milhões (15% do total de brasileiros). O Rio Grande do Sul é onde os habitantes têm a maior média de expectativa de vida - 70 anos. O menor índice é da Paraíba - 50 anos de vida em média.

As causas para o envelhecimento da população são diminuição da taxa de fecundidade e da mortalidade causada por doenças infecciosas e parasitárias, segundo Sheila Miranda, coordenadora do Programa de Atenção à Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde.

Para ela, o Brasil passa por uma "transição demográfica" e há "um total desconhecimento do que significa o envelhecimento populacional em termos sociais e econômicos". Outra preocupação é a falta de estrutura dos hospitais públicos para o atendimento da população idosa.





Elas estão presentes nas profissões masculinas

Sexo frágil que não foge à luta

Patrícia Costa

O seminário Políticas Públicas sob a Ótica do Gênero, mais recente encontro de preparação para a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, capital da China, que ocorrerá em setembro de 1995, foi um exemplo de como é possível aliar movimentos civis a iniciativas governamentais.

Realizado em junho, no Rio de Janeiro, pelo Fórum Nacional de Presidentes de Conselhos da Condição e Direitos da Mulher, através do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim/RJ) e do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF/SP), o seminário teve como objetivos discutir e elaborar propostas a serem encaminhadas ao grupo de trabalho que está fazendo o relatório do governo brasileiro para a conferência. Um segundo objetivo era

definir propostas para serem utilizadas no processo nacional de mudança de governo, segundo Maria Tereza Augusti, do CECF/SP, uma das organizadoras do evento. A intenção é agendar encontros com todos os principais candidatos à presidência da República, que vão receber formalmente as reivindicações das mulheres (*ver quadro*).

Temas como o papel do Estado e a realidade brasileira, ações do movimento de mulheres no Brasil e a ótica do gênero nas políticas públicas servirão para aprofundar a troca de experiências de pessoas vindas de regiões e realidades brasileiras diversas e contribuir no processo de amadurecimento da relação dos órgãos governamentais — os Conselhos Estaduais que, atualmente, são 11, e os municipais, 40 — com organizações civis. “O momento é muito importante, pois vem aí não só a Conferência de Bei-

Seminário discute propostas que serão encaminhadas ao governo brasileiro para a elaboração do relatório da Conferência de Beijing, a ser realizada no ano que vem

jing, mas também a do Cairo, sobre população, e as eleições nacionais ‘casadas’. Por isso estamos vigilantes. O processo de construção de políticas públicas é delicado. Por exemplo, o caso do planejamento familiar. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem uma posição clara no sentido de não se oferecer abertamente os métodos contraceptivos à população como um todo. Eu mesma sou católica, mas o Estado brasileiro é laico e nenhuma religião pode interferir nisso. Seria um retrocesso o Estado submeter-se a uma imposição desse tipo”, diz Maria Tereza Augusti.

A coordenadora regional do Brasil e Cone Sul do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), Branca Moreira Alves, é da mesma opinião. “O Vaticano está fazendo de tudo para tentar eliminar o capítulo sobre os direitos reprodutivos da Conferência sobre População.

MULHER

O papa só admite contracepção por método natural, ou seja, a abstinência. É uma Igreja católica medieval a que nós temos hoje, que quer eliminar a camisinha em plena era da Aids", conta ela.

Potencial— Porém, apesar dessa reação, Branca Alves acredita que o Brasil tem um potencial latente que pode aflorar a qualquer momento. Do ponto de vista da diplomacia brasileira, por exemplo, há um grande avanço: "O Brasil está levando para o Cairo sua posição de defesa dos direitos reprodutivos; está assumindo a briga, e eu acho que vai mantê-la, apesar das pressões. Também nas consultas que o governo está fazendo para o relatório nacional que levará à Conferência da ONU sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, as posições aparecem muito abertas. Isso me leva a crer que o relatório final será bastante progressista e corresponderá às propostas do movimento das mulheres."

Branca Alves lamenta que as políticas públicas brasileiras para a mulher ainda estejam no papel, como o chamado Pacto da Igualdade, por falta de vontade política de implementá-las nacionalmente, mas garante que, pelo menos em alguns Estados, certas conquistas importantes já foram feitas, principalmente na área de violência e de direitos reprodutivos, como as delegacias de mulheres, que proliferaram nos últimos anos.

Segundo a coordenadora, nos outros países da América Latina esse processo é um pouco mais efetivo. Na Argentina, há um conselho da mulher "muito atuante" que conseguiu implantar uma política nacional de educação não-discriminada e, na área de

violência, obteve uma legislação sobre violência específica contra a mulher. Na área de trabalho, em nível nacional, está desenvolvendo uma política de capacitação de mulheres para entrar no mercado até em atividades tipicamente masculinas.

O movimento de mulheres no Brasil, hoje, está rearticulado e integrado, segundo as participantes do encontro. Há representantes dele nos órgãos do Estado (os conselhos), dentro dos partidos, dos sindicatos, nos núcleos de universidades fazendo pesquisas. "Precisamos enraizar isso e melhorar nossa eficácia e atuação na área de políticas públicas. Esse seminário serve para isso", afirma Maria Tereza Augusti.

Parceria — Rosiska Darcy de Oliveira, que foi coordenadora do Planeta Fêmea do Fórum Global, na Rio-92, e autora do livro *O elogio da diferença*, foi uma das mais veementes palestrantes do seminário, ao dizer que a fome foi o legado que a humanidade herdou do modelo econômico mundial: "O mundo está sendo dividido entre excluídos e incluídos, com concentração de renda apenas para uma pequena parcela da humanidade. Isso se reflete no Brasil: concentração de riqueza, privatização, diminuição das políticas de socorro a quem está na miséria. Isso se reflete na vida da brasileira. Ela está fora do mercado de trabalho, e quando dentro, ganha menos; a mídia não ajuda a mudar esse quadro, e a escola só o ratifica e legítima." Ela crê que, para mudar, é preciso uma escola não-discriminatória, uma mídia que apóie as mulheres e um mercado mais igualitário: "Mas como, se a escola está abandonada e não há emprego?



Na Itália, uma juíza entra em campo

Como apoiar uma política de saúde da mulher se a saúde brasileira está na absoluta falência?" Para ela, as políticas públicas não deveriam ser elaboradas somente pelo Estado, mas também pela sociedade organizada.

A presidente do Cedim/RJ, Lígia Doutel de Andrade, explica que esta participação se daria através da criação de uma secretaria especial com *status* de ministério, ficando encarregada de planejar e monitorar as políticas públicas que envolvessem a questão da mulher. "A secretaria teria representantes em cada ministério e autonomia orçamentária", assinala Lígia. Na sua opinião, o Estado tem de assumir e incorporar a questão de gênero em suas políticas públicas.

Em relação à conferência de 1995 em Beijing, a presidente do Cedim/RJ crê que as propostas servirão para firmar a posição do governo brasileiro, que "defende claramente a questão de gênero". Para Lígia, o governo vai voltar de Beijing mais sensibilizado e disposto a concretizar as reivindicações das mulheres brasileiras. "A principal delas é a mudança no atual modelo de desenvolvimento, que exclui a mulher, criando novos padrões de produção e de consumo e uma distribuição de riquezas mais justa."

Rosiska Darcy de Oliveira completa afirmando que para trazer a democracia à consciência política, com a participação das mulheres, é preciso que "a mídia esteja a favor e seja eficaz. Só assim será possível mudar o quadro de desigualdade social e de gênero no Brasil". ■



'O que queremos dos candidatos'

O fórum de conselhos da condição feminina e dos direitos da mulher — que congrega conselhos estaduais e municipais e entidades governamentais e não-governamentais — apresenta as propostas a seguir e reivindica o compromisso público dos candidatos à presidência da República de que elas serão assumidas e executadas.

"Neste momento, quando os candidatos à presidência da República apresentam seus programas de governo e a sociedade civil os discute, nós mulheres apresentamos as nossas propostas, fruto de uma ampla discussão entre os diversos movimentos organizados da população feminina e de sua expressão governamental, os conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher:

I — Criação de uma secretaria, ligada à Presidência da República, com *status* ministerial, destinada a coordenar, elaborar, implementar, monitorar e fiscalizar as políticas públicas para as mulheres. Esta secretaria deverá ser uma unidade orçamentária e possuir capacidade de ingerência junto aos demais órgãos governamentais. Sua composição passará pela consulta a todos os setores envolvidos com a questão, tais como conselhos, movimentos de mulheres, ONGs, núcleos de pesquisas.

Sua estrutura básica deverá contar com um conselho deliberativo, representativo da sociedade civil, e um corpo técnico capaz de responder à abrangência de suas atribuições.

II — Criação de grupos de trabalho nos ministérios, ou instâncias específicas, com a finalidade de implementar políticas, programas e planos de ação em relação à mulher, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela secretaria.

III — Destinação de verbas próprias no orçamento de todos os ministérios, dirigidas a programas de combate à discriminação de gênero e incentivo à igualdade de oportunidades em cada área. Estes programas poderão incluir a capacitação e sensibilização, tanto dos integrantes do próprio órgão quanto do público-alvo externo. Podem também destinar-se à execu-

ção de projetos educacionais, de apoio técnico e suporte financeiro nas diversas áreas.

IV — Elaboração e execução de políticas públicas sob a ótica de gênero, que envolvam todos os ministérios e órgãos governamentais. Para a materialização desta proposta, sugerimos a elaboração de uma Convenção Nacional pela Efetiva Cidadania das Mulheres, buscando o comprometimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em níveis federal, estadual e no distrito federal, bem como da sociedade civil, com as políticas de promoção da igualdade e de combate ao racismo e demais formas de discriminação contra a mulher. Esta convenção indicará planos nacionais de

"Propõe-se uma Conferência Nacional da Mulher, a ser realizada periodicamente, para avaliação, acompanhamento e reformulação das políticas governamentais e dos planos nacionais"

igualdade e de combate à discriminação, elaborados pela secretaria a ser criada, e que serão regulamentados por lei ou decretos, tais como: Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher; Plano Nacional de Igualdade de Oportunidade no Trabalho; Plano Nacional de Cultura, Comunicação Social e Produção de Conhecimentos que incorporem as questões de gênero; Plano Nacional de Saúde da Mulher, que garanta a efetivação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism). Caberá à secretaria coordenar a elaboração e acompanhar a execução dos referidos planos, contemplando as experiências e reivindicações já elaboradas e sistematizadas pelos movimentos de mulheres.

V — Além da elaboração destes pla-



nos, entendemos que o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) deverá incluir o enfoque de gênero em todos os programas definidos.

VI — Sugerem-se como medidas necessárias para a sustentação dos planos anteriormente citados: a criação de uma instância de Defesa dos Direitos da Mulher dentro da Procuradoria Geral da República, da Defensoria Pública e Procuradoria de Justiça dos Estados; reformulação do ordenamento jurídico, adequando-o à Constituição Brasileira; criação de um Sistema Nacional de Informações de Dados que considerem os quesitos: sexo, raça e etnia.

VII — Propõe-se uma Conferência Nacional da Mulher, a ser realizada periodicamente, para o acompanhamento, avaliação e reformulação das políticas governamentais e dos planos nacionais.

VIII — Como medida emergencial, propõe-se que seja dada uma atenção especial às mulheres nos programas de combate à pobreza, em particular àquelas responsáveis por famílias, como estratégia para o enfrentamento da crescente feminilização da pobreza em nosso país. Isto se traduz em ações que considerem as mulheres não apenas como mães e/ou esposas mas, acima de tudo, como cidadãs e trabalhadoras. Nesse sentido, as ações deverão ser orientadas para a criação de programas especiais de emprego, formação para o trabalho, de incentivo e apoio à criação de empresas de mulheres, através da facilidade de créditos e de acesso à casa própria.

IX — Recomenda-se ainda que, a cada prioridade ou medida emergencial que o governo venha a instituir, seja dada especial atenção às questões de gênero e às especificidades das mulheres." ■

JAPÃO

O preço do alcoolismo

A cada ano, além das conseqüências do ponto de vista humano, o abuso do álcool custa aos cofres do Japão mais de 50 bilhões de dólares

Jonathan Annells

Em uma úmida e fria noite de Tóquio, Hiroshi dorme com a cabeça encostada no balcão, após muitos e muitos copos de cerveja, mas nenhum dos seus companheiros de bar parece muito preocupado com o seu lamentável estado. Afinal, hoje não é raro ver de *office-boys* até executivos de nível médio perderem o sentido depois de exagerar na bebida. Inclusive nos bairros ocupados pelos estudantes, é comum ver jovens praticamente carregando os namorados, que passam mal nas ruas e metrô depois de tanto beber.

Todos os anos, o abuso de álcool custa ao Japão mais de 50 bilhões de dólares em perda de produtividade e despesas médicas, revela um estudo feito pelo professor de saúde pública e ciência ambiental Takehito Takano, da Universidade de Medicina e Odontologia de Tóquio.

Para as autoridades, isso é motivo de uma dor de cabeça tão forte quanto a sentida pelos bêbados nas suas ressacas. Significa mais de 20 vezes a cifra registrada na Grã-Bretanha (2,5 bilhões de dólares) e se aproxima do

total dos Estados Unidos, que é de 70,3 bilhões de dólares (dados de 1985), país com mais do dobro da população japonesa. Equivale também a 1,5% do Produto Nacional Bruto (PNB) nipônico.

Aceitação social—Há muito tempo, o hábito de beber é encarado como algo fundamental para “lubrificar” as transações comerciais. De fato, os acordos e discussões das grandes corporações ocorrem freqüentemente depois do trabalho, em meio a várias garrafas de cerveja, em vez de em reuniões formais no escritório.

Um funcionário do Ministério da Saúde e Bem-Estar assinala, além do mais, que beber sempre foi visto no Japão como uma forma de combater o estresse derivado do trabalho.

“Saio para beber com meus colegas duas ou três vezes por semana. Ajuda a aprofundar as relações em nossa seção. Além disso, tenho uma atividade muito estressante e uma longa viagem para casa todos os dias. Beber me ajuda a relaxar”, diz, com a voz pastosa, Hiroshi, 41 anos, funcionário de uma grande companhia eletrônica local.

A maioria dos passageiros dos trens noturnos de Tóquio conhece bem as conseqüências do álcool na sociedade japonesa, porque são obrigados a viajar ao lado de trabalhadores de rostos marcados pela bebida, semiconscientes, que se equilibram precariamente nos corredores.

Mas, até o relatório feito pelo professor Takano, não havia um levantamento sério que colocasse em números os danos causados pelo consumo excessivo de álcool. Ele assinala que, a uma média de 103 litros por ano, o consumo dos japoneses ainda está muito abaixo do de outros países industrializados, como a França e a Itália. Mas, enquanto nesses países a tendência é a redução do consumo, no Japão as pessoas bebem cada vez mais.

Um prejuízo de bilhões de dólares—O Ministério da Saúde e Bem-Estar calcula que 2,4 milhões de japoneses são “bebedores problemáticos” e lembra que as ressacas causam perdas de 33,8 bilhões de dólares por queda da produtividade.

Outro enorme gasto (9,2 bilhões de dólares) se refere às doenças relacionadas à bebida, como a cirrose hepática, seguido de um prejuízo da ordem de 6,9 bilhões de dólares por mortes acidentais provocadas pela bebedeira.

Nem a recessão afetou o consumo de cerveja, que representa 73% do total de vendas de bebidas alcoólicas. O álcool é cada vez mais barato em relação ao poder aquisitivo local e muito mais acessível. No Japão, há mais de 200 mil máquinas automáticas, onde basta colocar uma moeda para conseguir uma latinha de cerveja.

“Nenhum outro país tem tantas máquinas e propaganda para vender álcool”, lamenta Takano. “Não penso que a bebida deva ser totalmente proibida, mas precisamos colocar algumas restrições.” ■



O estresse das longas jornadas de trabalho leva muitos japoneses a buscar o álcool

Algo mais que uma cortina de fumaça

Plantação de tabaco
no Zimbábue



Sergio Lozano

Jacob I da Inglaterra considerava o hábito de fumar “um costume repugnante para os olhos, detestável para o nariz, nocivo para o cérebro e perigoso para os pulmões”, e criou o primeiro imposto ao hábito de fumar, medida hoje aplicada em quase todos os países do mundo.

A Food and Drug Administration (FDA), o organismo regulador dos medicamentos, alimentos e cosméticos nos Estados Unidos, está tentando ir mais longe: garante que a nicotina contida no cigarro é uma droga e que, portanto, deve estar sob sua supervisão. “Um produto é uma droga quando a intenção do fabricante é fazer com que seu uso afete a estrutura ou função do corpo”, argumenta a FDA, tentando convencer o Congresso norte-americano de que os cigarros devem ser submetidos às mesmas regulamentações que dispõem

os remédios. Em princípio, isso permitiria proibir não só qualquer tipo de publicidade de cigarro, como até tornar ilegal o ato de fumar em virtualmente todos os locais públicos.

Para a maioria dos fumantes que querem abandonar esse hábito está claro que a nicotina cria dependência. Mas o que poucos sabem é a *quantidade* de nicotina que estão inalando diariamente.

As conseqüências desse hábito são reveladas pelas estatísticas: o consumo de cigarros provoca, a nível mundial, cerca de 2,5 milhões de mortes prematuras por ano. Porém, de cada dez fumantes que tentam largar o vício

Estudos recentes demonstram que a nicotina cria tanta dependência quanto a cocaína, enquanto surgem novas denúncias de que os produtores de cigarros colocam doses mais altas dessa substância para criar o vício

só um consegue e dos operados de câncer de pulmão a metade continua fumando.

Dependência semelhante à da cocaína – A FDA tem recebido denúncias documentadas de que os produtores de tabaco colocam a dose necessária de nicotina nos cigarros para aumentar a dependência (ver quadro).

Pesquisas recentes indicam que, embora seja uma das substâncias menos tóxicas de um cigarro, a nicotina é a única a gerar dependência, ativando os mesmos mecanismos neurológicos que levam o homem a comer, beber ou a ter relações sexuais.

Relatórios científicos divulgados na publicação *Surgeon General* de 1988 descreveram as conseqüências do cigarro sobre a saúde mostrando que fumar, longe de ser um hábito social, deriva em uma dependência química da nicotina, que é semelhante à

do vício da cocaína ou da heroína. Os fumantes sofrem os sintomas clássicos dos dependentes de drogas. Os que deixam de fumar se queixam de dores de cabeça, insônia, depressão, dificuldade ou mesmo impossibilidade de concentração e ansiedade.



A manipulação genética

Em meados de junho passado, os fabricantes de cigarros dos Estados Unidos sentiram o chão balançar aos seus pés. O tremor não foi provocado por um terremoto, mas por uma denúncia com potencial de abalar os alicerces de uma indústria que, só nos EUA, movimenta anualmente 48 bilhões de dólares: a Food and Drug Administration (FDA) acusou a empresa Brown and Williamson Tobacco Co. de ter manipulado geneticamente o tabaco para aumentar o potencial viciante da nicotina.

Embora esse tipo de informação não seja algo novo, a denúncia caiu como uma bomba, principalmente porque menos de um mês antes a mesma empresa havia desmentido que cultivasse tabaco com teores de nicotina diferentes dos habituais na indústria.

Em seu depoimento perante uma Subcomissão do Congresso norte-americano, o diretor da FDA, David Kessler, afirmou que o tabaco em questão, classificado como *Y-1*, possui um teor de nicotina duas vezes superior ao encontrado normalmente na natureza (6% contra uma média de 3%). A denúncia adquiriu contornos mais graves ao se revelar que a planta estava sendo cultivada no Brasil, pela empresa Souza Cruz, e parte da produção exportada para os Estados Unidos.

A Souza Cruz não produz fumo no Brasil, comprando o tabaco de 65 mil agricultores do sul do país. Esses agricultores, porém, não teriam acesso ao código genético da planta *Y-1*. O mais provável, portanto, é que essas sementes tenham sido enviadas pela Brown

para a Souza Cruz, que as teria repassado aos agricultores. Ambas as empresas são controladas pelo grupo inglês British American Tobacco (TAB), que detém 100% do capital da Brown e 75% das ações da Souza Cruz.

O *Y-1* foi desenvolvido em laboratório pela empresa norte-americana DNA Plant Technology e a exportação dessas sementes é proibida pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. A FDA só descobriu a existência do *Y-1* através da análise dos pedidos de patente apresentados no Brasil ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o maior banco de patentes da América Latina. A Brown and Williamson apresentou um pedido de cartapente do *Y-1* em setembro de 1992, mas antes de ter uma resposta, desistiu do pedido em 7 de junho. Em 1991, a empresa havia tentado, sem sucesso, patentear-lo nos Estados Unidos.

No caso do Brasil, a denúncia serviu para deixar exposta a fragilidade da legislação sobre o assunto. A única portaria tratando do problema, de 1990, limita-se a obrigar os fabricantes a advertir nos rótulos de seus produtos e nas propagandas que "fumar faz mal à saúde". Técnicos do governo admitem que o controle do fumo se restringe às "condições fitossanitárias do produto". Ou seja, verifica-se apenas, por exemplo, se há problemas de mofo ou excesso de uso de agrotóxico. O exame é feito a olho nu e não inclui análises de laboratório para medir a quantidade de nicotina no fumo.

(C.G.)

Prejuízo para os países pobres – Boa parte das superfícies agrárias dos países subdesenvolvidos está dedicada ao cultivo do tabaco. O Zimbábue, por exemplo, obtém dessa maneira sua principal fonte de divisas. Mas, embora o tabaco produza um retorno rápido, o grosso não fica nas mãos dos que cultivam a planta, e sim dos fabricantes de cigarros dos países desenvolvidos.

O tabaco ocupa o lugar de cultivos que poderiam alimentar 15 milhões de pessoas. Além disso, para secar, precisa de grandes extensões de terra ao sol, áreas em geral obtidas a partir do desmatamento indiscriminado. Na Tanzânia, o tabaco foi o responsável pelo corte de 12% de todas as árvores derrubadas, desmatamento que contribui para o aumento do efeito estufa, a erosão do solo e as inundações tropicais.

Por outro lado, os adubos e agrotóxicos que exige este cultivo penetram nos cursos d'água e cadeias alimentares. Ao colocar tudo na balança, a equação custo/benefício não favorece o país que planta o tabaco.

Nos anos 60, após as campanhas desenvolvidas nos Estados Unidos explicando as conseqüências do tabagismo sobre a saúde, 38 milhões de adultos deram adeus ao cigarro. Como resultado, os fabricantes do setor se viraram para o Terceiro Mundo: nessa mesma época o consumo de cigarros nos países subdesenvolvidos aumentou em 33% na África e 24% na América Latina.

Há razões ambientais, científicas e sanitárias suficientemente sólidas para – pelo menos – regular o consumo e a publicidade do fumo. Mas também existem fortes razões econômicas para deixar o assunto de lado. ■

ARGENTINA

Massacre comove o mundo

O atentado que explodiu a sede da Associação Mutual Israelita Argentina (Amia), em Buenos Aires, pode ter sido planejado e executado com apoio de uma embaixada estrangeira.

Em fins do mês passado, segundo as informações publicadas por um órgão de imprensa em Buenos Aires, um diplomata iraniano refugiado na Venezuela sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e do governo dos Estados Unidos revelou detalhes do atentado cometido contra a embaixada de Israel em 1992 e deu pistas sobre recente explosão da Amia.

Ao encerrar oficialmente as buscas entre os escombros do edifício, oito dias depois da explosão, o governo estimou o número de mortos em 92, restando ainda quase 30 desaparecidos.

Trata-se da pior agressão contra uma comunidade judaica depois do



Buenos Aires: sob os escombros, um saldo macabro de 92 mortos

extermínio praticado pelos nazistas na II Guerra Mundial e para ajudar a esclarecê-la chegaram a Buenos Aires

especialistas em investigação de Israel, Estados Unidos e Espanha.

Segundo observadores em Buenos Aires, a hipótese na qual trabalham os investigadores aponta para uma facção do fundamentalismo iraniano denominada *Guerrilheiros de Deus*. Este grupo estaria liderado pelo ex-secretário geral do *Hezbollah* (Partido de Deus), Subhi Tufayli, cuja extradição pode ser pedida pelo governo argentino ao Líbano, caso seja confirmada sua responsabilidade no atentado.

Os terroristas teriam contado com infra-estrutura local e alguns meios de imprensa têm levantado a hipótese de que esse apoio teria sido facilitado pelos grupos neonazistas que atuam na Argentina.

Poucos dias depois do atentado em Buenos Aires, a sede da embaixada israelense em Londres sofreu um atentado com um carro-bomba. A explosão, embora de menor intensidade, deixou um saldo de 13 feridos, e destruiu completamente o edifício, localizado em um bairro de embaixadas da capital britânica.

VENEZUELA

Calderas quer referendo

Ao ver rejeitado pelo Congresso o decreto do Executivo que suspendia as garantias individuais, o direito de sair livremente do país, o de propriedade e o de indenização por expropriação, o presidente da Venezuela Rafael Calderas propôs a realização de um referendo a fim de sair do impasse criado.

De constitucionalidade duvidosa — já que a Carta venezuelana não o contempla como instrumento de consulta popular — o plebiscito foi anunciado em fins de julho passado quando o Congresso restaurou a vigência dos direitos individuais e rejeitou o pacote de exceções implantado por Calderas.

José Miguel Uzcátegui, deputado oficialista, defendeu a medida como uma “ferramenta adequada para resolver o conflito que se insta-

lou entre o Legislativo e o Executivo”, enquanto que a oposição criticou a convocatória do governo.

Depois de uma falência em cadeia de vários bancos, em 27 de junho passado, Calderas impôs drásticas restrições constitucionais em meio a violentos protestos populares contra a alta dos preços e a crescentes rumores de rebelião militar. O governo começou a exercer o controle dos preços e do tipo de câmbio, ao mesmo tempo que intervinha em todos os bancos privados, uma medida que foi considerada em Caracas como a antessala da nacionalização.

A crise venezuelana, segundo analistas locais, pode levar a uma *peruanização* do país, em alusão à decisão do presidente Alberto Fujimori de dissolver o Congresso e intervir no Poder Judiciário.

Bolívia

Enquanto toda a Bolívia assistia ao jogo de abertura da Copa do Mundo de Futebol, uma verdadeira “montanha” de 420 toneladas de resíduos minerais contaminados era depositada a 100 quilômetros da capital, La Paz, com firmando antigas denúncias de que indústrias européias utilizam o país andino como lixeira de detritos tóxicos. Os resíduos foram importados da Alemanha por uma empresa boliviana e estão expostos ao ar livre. Para complicar, os fortes ventos do alti plano estão se encarregando de espalhar o pó por toda a área. Moradores da região, principalmente crianças, já começaram a se queixar de irritação nos olhos e na garganta, vômitos e estranhas dores de cabeça.

ELSALVADOR

Relatório compromete membros do Exército



Policiais são acusados de envolvimento em atos de violência política

Membros do Exército e da Polícia Nacional, assim como funcionários públicos, estariam envolvidos em casos de violência política registrados após a assinatura dos acordos de paz, em janeiro de 1992, segundo o relatório final de uma comissão internacional investigadora.

A Comissão, conhecida como Grupo Conjunto, assinala que é "impossível que estruturas criminosas organizadas, como as que agem atualmente, possam existir sem a cobertura fornecida por membros ativos dos corpos de segurança do Estado".

A investigação se centrou nas atividades realizadas nos últimos sete meses pelos denominados "grupos ilegais armados com motivações políticas". Segundo as conclusões do documento de 110 páginas, há elementos para afirmar que algumas unidades do Exército continuam desenvolvendo atividades de informação militar.

"(...) Ainda existem estruturas e pessoas que buscam (...) minar o processo de paz, recorrendo à violência como método para dirimir as diferenças políticas", assinala o relatório. "Essas minorias se enquistam dentro de estruturas mais complexas do crime organizado", o que torna a tarefa de investigação particularmente árdua e difícil.

O presidente da Comissão, Diego García Sayán, disse que o informe pode servir de base para que o Estado erradique essas "estruturas globais" do crime organizado e os "quistos" que representam grupos de indivíduos que insistem em recorrer à violência por motivos políticos.

Entre as recomendações feitas pelo Grupo Conjunto para combater as estruturas criminosas está a de dotar a Polícia Nacional Civil de uma unidade permanente que investigue os atentados de caráter político. Também propõe designar um juiz para este tipo de caso e reduzir as penas impostas às pessoas que, por estarem envolvidas em estruturas de violência, proporcionem informação para desmantelá-las.

Equador

"É um acordo histórico". Assim se manifestaram os porta-vozes das organizações indígenas e das câmaras de agricultura do Equador, após 15 dias de tensas negociações para reformar uma nova lei agrária cuja aprovação por parte do governo gerou maciços protestos dos camponeses.

A nova lei, que havia sido promulgada em junho pelo presidente conservador Sixto Durán-Ballén, com o apoio dos partidos de direita e dos grandes fazendeiros, eliminava várias conquistas da população indígena, cuja o pinião não foi escutada.

Segundo a porta-voz da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, Nina Pacar, o acordo agora alcançado satisfaz este setor, pois logrou manter vários postulados da anterior lei de reforma agrária, como o limite à livre venda de terras, a eliminação da possibilidade de se utilizar em caráter privado as nascentes de água e a manutenção da pressão demográfica e do direito de posse ancestral como motivos para desapropriação de terras.

Guatemala

Em um aparente paradoxo, a assinatura de um acordo para se respeitar os direitos humanos, firmado pelo governo e a guerrilha em 29 de março, não só não fez diminuir os casos de violações, como as denúncias nesse sentido aumentaram em relação ao mesmo período de 1993.

A conclusão está contida num relatório elaborado pelo Escritório de Direitos Humanos do Arcebispo (ODHA) da Guatemala, segundo o qual durante o primeiro semestre deste ano se registrou um "alarmante crescimento" das violações aos direitos humanos. De acordo com o documento, os principais alvos foram entidades e/ou pessoas ligadas aos setores sindicais, religiosos, camponeses, de direitos humanos e à imprensa.

O aumento da repressão ocorreu paralelamente ao avanço no processo de negociações entre o governo de Ramiro de León Carpio — um ex-procurador dos direitos humanos — e a guerrilha Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), que pretende pôr fim a 34 anos de guerra.

"O processo de paz iniciou um caminho que parece irreversível, mas sua rapidez não vai acompanhada de uma diminuição dos atos de violência, muito pelo contrário", afirma o documento.

RUANDA

À beira do caos



Apesar do fim da guerra, o drama dos refugiados continua

“É o êxodo de uma nação. A situação está fora de controle.” Com estas palavras, Panos Moutziz, portavoz do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur), definiu a situação dramática que vive Ruanda em consequência da guerra civil desencadeada em abril.

A tragédia desse pequeno país do centro da África — sem precedentes na história — já deixou um saldo macabro de 500 mil mortos, 60 mil órfãos e 2,5 milhões de refugiados. Hoje, encontrar um caminho que tire o país do caos em que mergulhou é o desafio do vitorioso movimento guerrilheiro Frente Patriótica de Ruanda (FPR).

Formada por membros da minoria étnica tutsi, a FPR prometeu punir os responsáveis pelos massacres e dar prioridade à volta dos refugiados. Em um gesto de reconciliação, o novo governo da FPR nomeou Pasteur Bizimungu para presidente e Faustin Twagirimungu como primeiro-ministro, ambos pertencentes à majoritária etnia hutu, derrotada na guerra civil. Os tutsis mantiveram, entretanto, a pasta da Defesa, entregue ao general Paul Kagame.

O agravamento da situação em Ruanda levou vários países a lançarem operações militares de socorro para prestar assistência aos refugiados. O primeiro país a enviar efetivos foi a França; posteriormente, o governo norte-americano ordenou a mobilização de mil militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Alemanha para montar uma operação de socorro em Uganda e especialmente no Zaire, onde está a maioria dos refugiados. Washington destinou 100 milhões de dólares a este fim, enquanto a Comissão Européia liberou inicialmente 90 milhões de dólares para a compra de cereais e remédios.

As Nações Unidas têm garantido aos refugiados que já é seguro voltar para casa, depois da vitória da Frente Patriótica. Mas muitos não terão esta chance, pois a fome, a epidemia de cólera e outras doenças estão dizimando os refugiados, que morrem aos milhares, a ponto de os campos onde se amontoam serem definidos como uma grande vala comum.

MOÇAMBIQUE

Novo exército

Dois anos após a assinatura dos acordos de paz entre a governante Frelimo e o movimento rebelde Renamo, Moçambique se prepara para formar o novo exército unificado, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Segundo os acordos de paz, as FADM serão constituídas por 30.000 homens, divididos meio a meio entre efetivos do governo e da Renamo, e um comando superior conjunto dirigirá o Exército até a posse do novo governo, a ser escolhido nas primeiras eleições gerais e multipartidárias, marcadas para 27-28 de outubro próximo.

A unificação começou realmente a tomar forma mês passado, com a dissolução do alto comando do Exército pelo governo moçambicano. Na ocasião, em uma cerimônia realizada em Boane, a cerca de 30 quilômetros de Maputo, o comandante da I Brigada de Infantaria Motorizada das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), entregou ao ministro da Defesa, general Alberto Chipande, a ban-

deira do Exército, uma arma AK-47 e uma lista de todo o equipamento da brigada. O gesto foi carregado de enorme simbolismo, já que a I Brigada teve um papel importante na defesa do sul de Moçambique contra o regime rodesiano dos anos 70, e era parte do sistema de defesa de Maputo durante os 16 anos de guerra contra a Renamo.

Tão importante quanto o êxito do processo de unificação do Exército será a reintegração de quase 90 mil efetivos do governo e da Renamo à vida civil, cujo custo a Operação da ONU para Moçambique (Onumuz) calcula em 57 milhões de dólares. Atualmente, as precárias condições em que se encontram os soldados desmobilizados, tanto os que estão nos 49 centros sob o controle da Onumuz quanto os não-acantonados, são, na opinião dos analistas, o calcanhar de Aquiles do processo de pacificação. Nos últimos meses, protestos realizados por efetivos do governo e da Renamo fizeram, inclusive, temer pela futura estabilidade política do país.



Os acordos assinados entre o presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, prevêem a fusão do exército

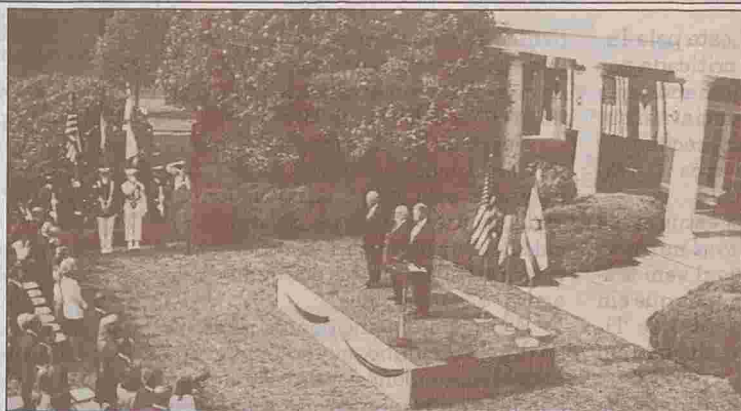
ISRAEL/JORDÂNIA

Fim do estado de guerra

Em uma reunião de cúpula histórica celebrada em Washington, o rei Hussein da Jordânia e o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, puseram fim a 46 anos de hostilidades e traçaram os planos para uma normalização das relações entre ambos os países.

O processo, que foi aberto em 25 de julho passado na capital norte-americana, pode culminar em um acordo de paz "em questão de meses", segundo estimou o chanceler de Israel, Shimon Peres. Artífice da iniciativa conhecida em Israel como a "opção jordaniana", Peres disse que o acordo "é um processo encaminhado e difícil de frear".

Numa rara coincidência, todos os partidos políticos de Israel, inclusive o



Na Casa Branca, a histórica assinatura do acordo de não-belligerência

direitista Likud, apóiam o governo nas tentativas de paz com a Jordânia. Neste último país, ao contrário, oito partidos de oposição de tendência islâmica de esquerda e pan-árabe e a Fe-

deração de Estudantes Jordanianos (FEJ) denunciaram a reunião de cúpula de Washington como "uma conspiração preparada pelos Estados Unidos", declarando o 25 de julho "dia de luto nacional".

A assinatura do acordo, que teve "o mundo como testemunha", segundo as palavras do presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, foi considerada como um dos pontos chaves para o processo de paz no Oriente Médio, iniciada há quase três anos.

Até o momento, só as negociações de Israel com os palestinos e os jordanianos avançaram, enquanto que a tentativa de aproximação com a Síria e Líbano não prosperou.

IÊMEN

O isolamento do pós-guerra

Romper o isolamento político. Esta é a palavra-de-ordem do governo iemenita após a guerra civil que jogou por terra a pacífica unificação do conservador Iêmen do Norte com o socialista Iêmen do Sul, união concretizada em 1990.

Após a vitória das forças do norte, o governo do presidente Ali Abdullah Saleh partiu para uma ofensiva diplomática, que busca recompor as relações não só com o lado derrotado, mas principalmente com os Estados do Golfo, que não perdoam sua simpatia por Saddam Hussein depois da invasão do Iraque ao Kuwait, em 1990.

Os esforços do presidente iemenita têm se voltado, sobretudo, para o rico governo saudita, o poder dominante na zona, que manteve contatos ativos com o sul durante a guerra civil.

Mas, enquanto a vitória militar foi obtida em apenas nove semanas, os êxitos no campo diplomático tardarão

muito mais a vir, prevêem os analistas.

"Saleh não deveria esperar muita ajuda de seus críticos vizinhos e dos países ocidentais", comentou um diplomata, resumindo o sentimento de cautela que predomina na região.

De fato, a Arábia Saudita e seus aliados do Golfo mostram uma atitude de prudência diante dos vínculos do governo de Sana'a com Estados anti-ocidentais, como o Irã, Iraque e Sudão, que apoiaram Saleh no conflito.

Numa mostra dos obstáculos que o governo do Iêmen enfrentará para romper o isolamento na península Árabe, o ministro de Informação do Kuwait, xeque Saoud Nasser Al-Sabah, declarou que "para nós, é muito claro: Saleh é um aliado de Saddam Hussein e portanto não sentimos nenhuma simpatia por ele".



O aeroporto de Aden foi completamente destruído

No plano interno, a decisão do presidente iemenita de ordenar a saída de suas tropas de Aden, ex-capital do Iêmen do Sul, foi interpretada como um gesto de conciliação. Porém, até agora, a política de Saleh não deu os frutos esperados. Membros do derrotado regime do sul, hoje refugiados na Arábia Saudita, já anunciaram a intenção de formar um governo no exílio. Abderrahman Al-Jiffri, um dos dirigentes do sul, garantiu inclusive que estavam se organizando grupos guerrilheiros para pôr fim à ocupação das forças do norte.

TIMOR LESTE

Denúncias contra a Indonésia

A ocupação de Timor Leste pela Indonésia voltou a ser criticada por organismos dos direitos humanos, que em meados de julho denunciaram em Lisboa a detenção e desaparecimento de estudantes mauberes após a invasão da Universidade de Dili.

A repressão contra os estudantes desencadeou mais um *round* na guerra diplomática que Portugal vem travando contra a Indonésia, país que em 1975 invadiu a parte oriental de Timor, ex-colônia lusitana situada no arquipélago de Java.

Mais uma vez, a brutalidade do exército indonésio foi duramente criticada pelo Executivo português. O chanceler José Manuel Durão Barroso qualificou de "graves e sérios" os inci-

identes de Dili, acrescentando, porém, que "não se surpreendia, pois não era de se esperar outra coisa de uma ditadura como a do regime de Jacarta".

Segundo as informações divulgadas em Lisboa, efetivos da polícia, apoiados pelo exército indonésio, invadiram a universidade, deixando um saldo indeterminado de estudantes feridos e detidos, muitos dos quais estão agora "desaparecidos".

A origem dos incidentes remonta ao dia 28 de junho, quando um grupo de soldados indonésios de religião muçulmana entrou na igreja de São José do Remédio, a dez quilômetros de Dili, passando-se por católicos. Após receber as hóstias, as cuspiram, provocando a indignação da população cristã.



Lisboa tem apoiado a luta de Timor

Apesar da punição dos soldados, anunciada pelas autoridades militares indonésias, tanto estudantes católicos quanto muçulmanos começaram a promover protestos, que culminaram com a invasão da universidade.

O regime de Jacarta também foi criticado pela Comissão dos Direitos do Povo Maubere por ter fechado três dos principais semanários indonésios. Com uma tiragem conjunta de mais de 700 mil exemplares, *O Tempo* — o mais antigo e influente semanário indonésio —, *Editor* e *DeTik* tinham em comum, segundo a Comissão, o fato de abordarem, nos últimos tempos, temas incômodos ao governo.

CHIPRE

Sanções contra governo de ocupação

Vinte anos depois da parte norte da ilha de Chipre ter sido invadida pela Turquia, a Europa endurece sua posição contra o governo de ocupação. Desta vez, vieram medidas concretas: em meados do mês passado, a Corte Européia de Justiça proibiu os países da União Européia (UE) de importar produtos agrícolas das áreas ocupadas.

O veredicto da Corte respondeu a uma antiga demanda judicial do governo de Chipre e foi anunciado em meio às conversações de paz auspiciadas pela ONU, que tenta rediscutir o *status* da ilha, dividida ao meio desde 1974. As Nações Unidas sempre condenaram a invasão e não reconheceram a declaração unilateral de independência da zona ocupada, feita em 1983.

Em represália ao embargo decretado pela Corte, os turco-cipriotas fecharam o único posto "fronteiriço" que permite o trânsito entre os dois "paí-

ses". Além disso, o líder turco-cipriota Rauf Denktaş ameaçou se retirar das conversações de paz e exortou a Grã-Bretanha — principal compradora dos produtos das áreas ocupadas — a não apoiar o embargo. "O governo britânico encontrará a forma de evitar esta injustiça; caso contrário, nós encontraremos", garantiu.

A Alta Comissão Britânica em Nicósia, capital de Chipre, ignorou as ameaças e anunciou que a Grã-Bretanha acatará plenamente a decisão, que é obrigatória para os 12 países membros da UE.

Apropriada Turquia, único país a reconhecer o governo de ocupação, se posicionou a favor do embargo. O porta-voz do governo turco, Yiannakis Cassoulides, exortou o líder turco-cipriota a respeitar a decisão judicial, lembrando que os terrenos cultivados pelos turcos-cipriotas pertenciam, antes da invasão, à maioria grega do país.

As tropas de ocupação turcas obrigaram cerca de 200 mil greco-cipriotas — quase um terço da população — a abandonar seus lares e propriedades. Desde então, a renda *per capita* nas áreas ocupadas caiu para 3.000 dólares, em comparação aos 12.000 da parte sul, enquanto o desemprego atinge 26,4% no norte contra três por cento nas zonas controladas pelo governo legítimo.



Mulheres greco-cipriotas protestam contra a ocupação